

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6942/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 20.2 a 10.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012782-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6911/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012669-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6950/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012869-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6949/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012818-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6948/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 9 a 28.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012817-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6901/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes 19 (dezenove) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012601-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6900/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 19 (dezenove) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 30.11 a 18.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012555-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6903/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 19 (dezenove) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012640-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 6899/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Francisco Neves Junior 9 (nove) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012544-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 6988/2023-PGJ, DE 15.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 23 (vinte e três) dias de folga compensatória, sendo 8 (oito) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023 e 7 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012356-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0001/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, que oficia perante a 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00009954-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito

Campo Grande-MS, 09 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0002/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00010684-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0003/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001277-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0004/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00001099-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0005/2024/AOP/PGJ SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de janeiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Magaly Carvalho Brunet, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Serviços Gerais no período de 8 a 26.1.2024, em razão de afastamento da titular, Kelly Cristina Mengual Vieira.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rafaela Dutra Marques, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Núcleo da Infância e da Juventude, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 9ª Promotoria de Justiça de Dourados, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Mariane do Carmo Mouro, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Luciane Freitas de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna nos dias 1º, 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento da titular, Natascha Junko Sakamoto Costa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rodrigo Peixoto Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Itaquiraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços às Promotorias de Justiça de Naviraí, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 8 a 19.1.2024, em razão de afastamento da servidora Maria Rosa Ferreira, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 7/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Silva Dellamura, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 8/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio no período de 17 a 19.1.2024 e nos dias 22 e 23.1.2024, em razão de afastamento da titular, Renata Caroline Pereira de Macedo.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 9/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Tosi de Carvalho, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Kalyanna Arar Falcão Rissato, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 10/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral no período de 22.1 a 2.2.2024, em razão de afastamento da titular, Jokasta dos Santos Lopes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 11/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no dia 18.12.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 12/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da titular, Claudia Cintra Pereira Neves Regasso.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 13/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 13.12.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2683/2015-PGJ, de 3.12.2015, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00012976-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 22ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INICIADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2023.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000827-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pitt Stop Restaurante e Marmitaria – Carla Drielli Fernandes Toledo

Assunto: Apurar possível perturbação do sossego e poluição sonora, causadas pelo estabelecimento comercial denominado Pitt Stop Restaurante e Marmitaria, situado em Amambai-MS

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE AMAMBAI - APURAR POSSÍVEL PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO E POLUIÇÃO SONORA CAUSADA PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “PITT STOP RESTAURANTE E MARMITARIA” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido aos autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que o estabelecimento mudou de endereço, cessando as atividades que causavam perturbação do sossego e poluição sonora aos moradores da região. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00001574-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Recorrentes: Valdir Benevides Gomes – ME e Ana Cristina Pires de Oliveira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviços de transporte pela empresa Expresso Colibri Ltda.

EMENTA: RECURSO CONTRA ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PELA EMPRESA EXPRESSO



COLIBRI LTDA. - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES MERAMENTE ADMINISTRATIVAS – AUSÊNCIA DE LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO AOS INTERESSES OU DIREITOS TUTELADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – RECURSO NÃO PROVIDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o recurso interposto não comporta acolhimento, haja vista que os fatos noticiados não configuram lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público, tratando-se de irregularidades meramente administrativas que devem ser resolvidas no âmbito da Administração Municipal. 2. Recurso não provido. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação da promoção de arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Município de Anaurilândia

Requeridos: Vagner Alves Guirado e Lety Obras Ltda EPP

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa dos requeridos Vagner Alves Guirado e Lety Obras Ltda EPP, em virtude dos vícios administrativos diagnosticados no Processo Licitatório nº 096/2016 (Tomada de Preço nº 009/2016), consistentes na celebração de aditivo contratual, sem justificativa, bem como na realização de pagamentos sem que fossem elaborados os termos circunstanciados de recebimento provisório e definitivo e o de adequação do objeto aos termos contratuais, causando prejuízo ao erário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANAURILÂNDIA – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM VIRTUDE DOS VÍCIOS DIAGNOSTICADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2016, TOMADA DE PREÇO Nº 009/2016 – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os elementos coligidos ao feito durante a instrução, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa na celebração do Contrato de Obra nº 144/2016, realizado no bojo do Procedimento Licitatório nº 096/2016, Tomada de Preço nº 009/2016. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000019-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cisalpina Empreendimentos e Participações LTDA.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 211,04 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Morro Vermelho e Pântano – Gleba A e B, em Selvíria/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 352/21/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 211,04 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, INTEGRANTE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA MORRO VERMELHO E PÂNTANO, EM SELVÍRIA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001589-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Laudejá Ltda

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,25 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, conforme ato de infração n.



11331/2022 elaborado pela Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE BONITO APURAR O DESMATAMENTO DE 3,25 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA DE MATA ATLÂNTICA NO IMÓVEL DENOMINADO “FAZENDA LAUDEJÁ E SINGAPURA I”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009279-9, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000864-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Transaço Transportes Nacionais e Internacionais Ltda, Jaime Elorza Júnior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza

Assunto: Apurar a regularização da operação da atividade de terminal modal e/ou multimodal de cargas (área útil até 10.000m²) pela empresa Transaço Transportes Nacionais e Internacionais Ltda. (CNPJ 03.835.426/0003-15), representada pelos sócios Jaime Elorza Junior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza, no município de Ladário/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - REGULARIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DA ATIVIDADE DE TERMINAL MODAL E/OU MULTIMODAL DE CARGAS (ÁREA ÚTIL ATÉ 10.000M²) PELA EMPRESA “TRANSAÇO TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – APRESENTAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 001673/2023 PELA EMPRESA REQUERIDA ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1 Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito cumpriu o seu mister, haja vista que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas, por meio da apresentação da Licença de Operação nº 001673/2023, documento que autoriza a operação da atividade ambiental de terminal modal e/ou multimodal de cargas (área útil até 10.000m²) pela empresa requerida. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001309-5

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Banco C6 Consignado S.A

Assunto: Apurar eventual prática abusiva ao consumidor consistente na suposta concessão de empréstimos consignados que não foram contratados ou solicitados pelos tomadores consumidores.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM (MS) – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE POR COBRANÇA INDEVIDA – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS NÃO SOLICITADOS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – VERIFICADA EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE ABRANGÊNCIA NACIONAL QUE ENGLOBA A DENÚNCIA – INTERESSES PARTICULARES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar eventual prática abusiva ao consumidor, consistente na suposta concessão de empréstimos consignados que não foram contratados ou solicitados pelos tomadores de serviço. Compulsando aos autos, verifico a existência de homologação de acordo entabulado nos autos da Ação Civil Pública nº 5155846-15.2020.8.13.0024, cuja obrigações assumidas pela instituição financeira, visam a correção de irregularidades narradas nas reclamações encaminhadas pelo Procon de Coxim. Nesse sentido, considerando que as irregularidades narradas inicialmente, ocorreram antes da pactuação do título judicial, o objeto do presente Inquérito Civil está abrangido por aquela ação, sendo o caso de arquivamento do presente procedimento, em razão da coisa julgada. Não obstante, denota-se que findas as diligências úteis a instrução desse feito, não foram acostados aos autos indícios mínimos que possibilitassem a apuração de vícios relativos à violação de direitos perante a coletividade. Por tais razões, não havendo atribuição ministerial para que seja dado prosseguimento da apuração,



é de rigor promover a homologação da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público. (art.26, caput, Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000512-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaime Pedro Gomes

Assunto: Apurar a não paralisação de supressão vegetal na coordenada UTM 21S 584093, 7653426; bem como a não adoção das medidas recomendadas perante o órgão ambiental competente, em descumprimento à notificação nº 005046/2022, no Assentamento Palmeira – Lote 104, em Nioaque/MS, conforme o Auto de Infração nº 011777/2023, Laudo de Constatação nº 015144/2023 e Manifestação Técnica IMASUL nº 10/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NIOAQUE (MS) - MEIO AMBIENTE – IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELO IMASUL – ASSENTAMENTO PALMEIRA – LOTE 104 – AUSÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS DEFINITIVOS AOS BENEFICIÁRIOS DO IMÓVEL – INTERESSE DA UNIÃO – NECESSIDADE DE PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MPF – ENUNCIADO 16 MPMS – HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO – BAIXA DOS AUTOS PARA REMESSA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar a não paralisação de supressão vegetal na coordenada UTM 21S 584093, 7653426, bem como a não adoção das medidas recomendadas perante o órgão ambiental competente, em descumprimento à notificação nº 005046/2022, em face de Jaime Pedro Gomes, no Assentamento Palmeira Lote 104, em Nioaque/MS, conforme o Auto de Infração nº. 011777/2023, Laudo de Constatação nº 015144/2023 e Manifestação Técnica IMASUL nº 10/2023. 2. Após a realização de diligências, tem-se que não foram outorgados títulos definitivos aos beneficiários do Assentamento Palmeira Lote 104, em Nioaque/MS pelo INCRA, e por conseguinte, não foram registrados/escriturados em cartório de registro de imóveis. 3. Nesse ensejo, inequívoco o interesse da União, de modo que urge a necessidade de deslocamento para a Justiça Federal, a competência para apuração do objeto apurado no presente feito, conforme estabelecido no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal. 4. Diante do exposto, voto pela homologação do declínio da atribuição ao Ministério Público Federal, deste Inquérito Civil à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, devolvendo-o à Promotoria de Justiça de origem, para que promova a remessa do feito ao MPF, nos termos do artigo 9º-A, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e do Enunciado nº 16, do Conselho Superior do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que promova a remessa do feito ao MPF, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000441-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual demora demasiada no atendimento aos usuários SUS que necessitem de especialista na área de endocrinologia no Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DEMORA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS SUS QUE NECESSITASSEM DE ESPECIALISTA EM ENDOCRINOLOGIA - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00010215-9 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verificou-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 1037/1042, soluciona o objeto da apuração, estando em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010215-9 (fl. 1035) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000578-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição de 3 (três) veículos seminovos para atender a Secretaria Municipal de Educação de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SEMINOVOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA ANDRADINA - PREGÃO PRESENCIAL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADE - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em detida análise à vasta documentação amealhada aos autos, tem-se que o Processo licitatório ocorreu na modalidade Pregão 66/2019 (Processo 71775/2019), tipo menor preço, observando os requisitos previstos na Lei n. 10.520/2002, tendo em vista que se concluiu que a melhor opção para satisfazer a necessidade pública era a compra de bem móvel usado, observando-se a modalidade compatível, além disso, considerou-se a realização de maior economia para os cofres públicos na época, uma vez que os veículos novos estavam com valor bem superior do que os seminovos. Não foi possível, outrossim, constatar elementos caracterizadores de improbidade administrativa ou a presença de dolo, eis que não foram apurados elementos que pudessem consubstanciar irregularidades no procedimento licitatório. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, não impede, em caso de eventual surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000836-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ilegalidade, decorrente da nomeação de advogado para o exercício do cargo de Diretor Executivo do Procon de Maracaju/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARACAJU/MS – APURAÇÃO DA NOTÍCIA DE SUPOSTA OCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE, DECORRENTE DA NOMEAÇÃO DA ADVOGADA C.M.F. PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PROCON - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - EXONERAÇÃO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que durante a investigação sobreveio aos autos a informação acerca da exoneração da advogada C. M. F., do cargo junto ao Procon, por meio da Portaria nº 576/2023 (Diário Oficial do Município de Maracaju, sob o nº 3000, de 25 de agosto de 2023). Dessa forma, esgotou-se o objeto do presente procedimento, porquanto não foi constatado dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa, além de a servidora ter sido exonerada do referido cargo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000259-1

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ellen Lyz Trochmann Portugal, Erika May Trochman, Rose May Donson Trochmann e Trochman & Trochman Ltda. – ME

Assunto: Apurar a regularidade do imóvel rural denominado Fazenda Santa Therezinha, matrícula 3.916 CRI 1ª Circunscrição, e a recomposição do dano ambiental causado em 0,97 hectares de Reserva Legal decorrente de desmatamento ocorrido na referida propriedade localizada em Campo Grande/MS, com área total de 400 hectares e inscrita no CARMS n. 0026753.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA SANTA THEREZINHA” E A



RECOMPOSIÇÃO DO DANO AMBIENTAL CAUSADO EM 0,97 HECTARES DE RESERVA LEGAL DECORRENTE DE DESMATAMENTO OCORRIDO EM ÁREA TOTAL DE 400 HECTARES - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00010325-8 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 203/208, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010325-8 (fl.210) para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00002025-0

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Recorrente: Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Ministério Público Estadual

Assunto: Notícia déficit de profissionais de enfermagem nos plantões noturnos e finais de semana no SAMEC (Serviço de Assistência Médica Corumbaense), em Corumbá.

EMENTA – RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – COMARCA DE CORUMBÁ – NOTÍCIA DE DÉFICIT DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NOS PLANTÕES NOTURNOS E FINAIS DE SEMANA NO SAMEC (SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA CORUMBAENSE) – RECURSO NÃO PROVIDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto da Notícia de Fato. Instauração de Procedimento Administrativo pelo Conselho Regional de Enfermagem. Alegada insuficiência de profissionais enfermeiros na clínica em determinados horários. Clínica que atende mediante prévio agendamento, o que possibilita a organização interna de seus funcionários com a realização de plantões extras. Ausência de ofensa à direitos difusos ou coletivos. Controle profissional que deve ser exercido pelo conselho fiscalizatório mediante aplicação de sanções. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do presente expediente. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003527-0

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar deficiência nos atendimentos psiquiátricos que envolvem uso de álcool e drogas no Município de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS (MS) – GESTÃO ADMINISTRATIVA – SAÚDE – ATENDIMENTOS PSIQUIÁTRICOS - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS - MELHORIAS REALIZADAS - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar deficiência nos atendimentos psiquiátricos que envolvem uso de álcool e drogas no Município de Três Lagoas. Do compulsar dos autos, verifica-se que foram encetadas diversas diligências a assegurar o atendimento das necessidades inicialmente aventadas, dada a apresentação da reestruturação da rede de atenção psicossocial existente em Três Lagoas-MS, composta por CAPS AD, CAPS II, Ambulatório de Saúde Mental e Residência Terapêutica. Verificado que todos os órgãos estão localizados em sedes apropriadas, com quadro satisfatório de profissionais e abastecimento a contento de insumos e medicamentos. Ademais, o Parquet de piso procedeu com a criação de Procedimento Administrativo para acompanhamento das Instituições envolvidas, sob o número 09.2023.00002768-6. Inclusive, consta no referido, Ofício Resposta à fl. 223, em que o Município de Três Lagoas/MS apresenta status do processo de habilitação do serviço CAPS AD, o qual se encontra sob o status 'em diligência', após a Secretaria Municipal de Saúde, na data de 21/09/2023, inserir novas informações acerca da atualização dos dados cadastrais no CNES quanto aos servidores vinculados à unidade. Portanto, não se operam razões de ordem prática aptas a justificar a continuidade das investigações.



Destarte, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002287-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em dispensa ilegal de licitação, mediante fracionamento, direcionamento e possível superfaturamento de valores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – COMARCA DE RIO BRILHANTE – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA PREJUÍZO AO ERÁRIO E ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSISTENTE EM DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO, MEDIANTE FRACIONAMENTO, DIRECIONAMENTO E POSSÍVEL SUPERFATURAMENTO DE VALORES – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Denúncia de compra de produtos sem o devido procedimento licitatório de empresa cujo dono é amigo íntimo de servidor municipal. Após coleta dos elementos de informação, não foi possível constar ilegalidades suficientes para subsidiar o ingresso de Ação Civil Pública. Ausência de indícios de que os materiais não foram entregues. Inviabilidade de apuração de eventual má-fé em razão do longo lapso temporal desde a ocorrência dos fatos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000969-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: FESAT - Fundação Estatal de Saúde de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar possível irregularidade na execução do Contrato Administrativo nº 002/2018, celebrado pela FESAT.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018, CELEBRADO PELA FESAT – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Denúncia de que a sociedades de advogados contratada mediante dispensa de licitação atuou com desídia na representação da FESAT em diversas ações judiciais. Comprovação de que as citações/intimações não foram recebidas pela assessoria jurídica, situação que poderá ensejar nulidade processual. Promovida a regularização da representação processual da FESAT em todos os procedimentos. Ausência do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001295-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alvor Junior de Lima

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 1,93 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Estância Brasil, em Japorã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 54/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADE JURÍDICO AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO DE 1,93 HECATARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA ESTÂNCIA BRASIL, EM JAPORÃ, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 54/21/NUGEO PROGRAMA DNA AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - OBRIGAÇÕES PREVISTAS ATENDEM



SUFICIENTEMENTE O ENFRENTAMENTO DO OBJETO DOS AUTOS - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00009110-1, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000077-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Lúcia Rossi Perlin

Assunto: Apurar a supressão de vegetação em área de reserva legal, conforme relatório de fiscalização Ambiental n. 080 4ªCIA/CPMA/2021, ocorrida na Fazenda Novo Horizonte II.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, CONFORME RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OCORRIDA NA FAZENDA NOVO HORIZONTE II - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00008830-7, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000490-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Henrique Barbosa Ceolin

Assunto: Apurar a ocorrência de desmate ilegal na propriedade denominada

Fazenda Panorama, localizada em Rio Brilhante/MS, conforme laudo técnico elaborado pelo NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Advogada: Renata Garcia Ceolin – OAB/MS nº 15.251.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE DESMATE ILEGAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA PANORAMA, LOCALIZADA EM RIO BRILHANTE/MS, CONFORME LAUDO TÉCNICO ELABORADO PELO NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - OBRIGAÇÕES CUMPRIDAS - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, havendo cláusula de obrigação negativa, bem como indenização ambiental direcionada a entidade cadastrada, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, destaco a desnecessidade da instauração de procedimento administrativo com a finalidade de acompanhar as obrigações avençadas, em razão da constatação do cumprimento integral destas. 3. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000275-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Daiane Schmidt de Azambuja e Adriana Barbosa Correa de Oliveira

Assunto: Apurar irregularidades referentes à lotação no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES REFERENTES À LOTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE/MS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - REGULARIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES INVESTIGADAS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, constata-se a perda superveniente do objeto que ensejou a instauração do presente procedimento em razão da regularização das lotações das servidoras apontadas em desvio de função. 2. Destaca-se por isso, a desnecessidade de continuação das apurações, bem como a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006887-7**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Recorrente: Danilo Vaz Marques

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar indisponibilidade do medicamento mepolizumabe na Casa da Saúde.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR DENÚNCIA DE FALTA DE MEDICAMENTO - LICITAÇÃO REALIZADA - ESTOQUE REGULARIZADO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM ANDAMENTO PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE REMÉDIOS NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA CASA DA SAÚDE - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve atraso na abertura de licitação para aquisição de medicamentos, devido a necessidade de se aguardar a lista de remédios homologados para a compra. Destaca-se que o estoque dos fármacos especializados foi regularizado, além de que, já está em trâmite Ação Civil Pública nº 0902344-81.2021.8.12.0001, que visa apurar a falta de medicamentos na Casa da Saúde. Assim, vota-se pelo não provimento do recurso interposto e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003276-2

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade/ineficiência no funcionamento da Central de Regulação de vagas do Complexo Regulador Estadual, diante da mórula na transferência dos pacientes na área de trauma/ortopedia em situações emergenciais/prementes, cujo atendimento inicial se dá no Hospital Municipal de Itaporã Lourival Nascimento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - APURAR A DEMORA NA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES QUE PRECISAM DE ATENDIMENTO ORTOPÉDICO - IRREGULARIDADES PARCIALMENTE SANADAS - DIMINUIÇÃO SIGNIFICATIVA NO TEMPO DE ESPERA - MONITORAMENTO DE COMPLEXIDADE DE CADA CASO PARA A MAIOR CELERIDADE NA LIBERAÇÃO DE VAGAS NO HOSPITAL REFERÊNCIA DE DOURADOS - INVIABILIDADE DE ENCAMINHAMENTO IMEDIATO DE TODOS OS PACIENTES, ANTE A FALTA DE LEITOS DISPONÍVEIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram parcialmente sanadas, pois, em que pese a inviabilidade do encaminhamento direto e imediato de todos os pacientes no setor de ortopedia, após a melhoria da triagem de complexidade realizada na central de regulação de vagas, o tempo de espera para atendimento teve significativa redução, estando dentro do justificável. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001258-5**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(a): Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pela SESAU para corrigir as irregularidades sanitárias e estruturais apontadas pelo Relatório de Fiscalização realizado pela Câmara Municipal na UBS Nova Esperança.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR AS MEDIDAS TOMADAS PARA CORRIGIR AS IRREGULARIDADES SANITÁRIAS E ESTRUTURAIS NA UBS NOVA ESPERANÇA - IRREGULARIDADES SANADAS - PINTURA PREDIAL REALIZADA - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO E AR-CONDICIONADO - AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE E INSTALAÇÃO DE INTERNET - ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE DE SAÚDE PARA A MELHORIA DOS ATENDIMENTOS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, visto que houve a manutenção do sistema de iluminação e ventilação, além da instalação de internet de fibra óptica e o fornecimento de computadores em condições de uso. Ademais, verifica-se que os demais problemas estruturais foram solucionados à contento, até a construção da nova Unidade Básica de Saúde da região. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000003-8

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades no âmbito da Associação de Mulheres de Mato Grosso do Sul AMMAS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE MATO GROSSO DO SUL - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - RECURSOS UTILIZADOS NA OFERTA DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES - TOMADA DE CONTAS APROVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que a instituição realizou a destinação correta das verbas públicas. Ademais, a entidade teve a prestação de contas aprovada, com parecer favorável da auditoria interna do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000122-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Silvio Rosa da Silva

Assunto: Apurar o desmatamento de 87,39 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, na propriedade rural “Fazenda Santa Amélia” (CAR/MS nº 7.706), de propriedade de Silvio Rosa da Silva, no município de Bonito/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 123/19/CEIPPAM.

Advogado: Luiz Eduardo de Sant’Ana Custódio – OAB/SP nº 252.338.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001238-5

Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as informações trazidas ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, acerca de supostas irregularidades na realização do sorteio das casas populares do Conjunto Habitacional “Amarra Cabelo”, realizado no dia 24/09/2021, bem como nos critérios adotados para seleção dos beneficiários.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PEDRO GOMES - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE CASAS POPULARES - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - OBRA CONCLUÍDA APENAS NO ANO DE 2021 - ELABORAÇÃO DE NOVA LISTA DE CONTEMPLADOS - CRITÉRIOS DEFINIDOS PELO DECRETO Nº 055, DE 19 DE AGOSTO DE 2021 E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163/2016 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos noticiados não foram comprovados, porquanto o Projeto Habitacional Amarra Cabelo foi concluído no ano de 2021, cerca de 07 (sete) anos após o início das obras. Assim, devido ao grande lapso temporal, houve a realização de novo cadastro para o sorteio das casas populares, conforme requisitos determinados no Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Ademais, verifica-se que todos os nomes citados nas denúncias preenchem os requisitos necessários para serem contemplados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000996-2

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Telefônica Brasil S.A.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 083892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul ADECON-MS, com relação a Requerida VIVO/SA.

Advogados: Daniel Willian Granado – OAB/SP nº 271.203 e Camila Benatti Teixeira – OAB/SP nº 260.319.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS EFETIVOS A INTERESSES COLETIVOS E COLHER SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 083892-28.2022.8.12.0001 - PERDA DO OBJETO – INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Ministério Público de Mato Grosso do Sul está atuando na demanda como *custus legis* e a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul como *amicus curiae*. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000555-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar o adequado exercício do poder de polícia administrativo pelo Município em relação a possível descumprimento da legislação ambiental, decorrente da prática de poluição sonora e demais algazarras no exercício de sua atividade pelo empreendimento “Bar do Zé”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A EXISTÊNCIA DE POSSÍVEL POLUIÇÃO SONORA PRATICADA PELO COMÉRCIO DENOMINADO “BAR DO ZÉ” - IRREGULARIDADES



SANADAS - VISTORIA REALIZADA PELA SEMADUR COM A CONSEQUENTE APLICAÇÃO DE MULTA - NOTÍCIA DE QUE NO LOCAL NÃO HÁ MAIS APRESENTAÇÕES COM MÚSICA AO VIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, visto que após a vistoria e aplicação de multa pela SEMADUR, não há mais notícias da execução de música ao vivo no local. Ademais, conforme informações prestadas pelo poder público municipal, a atividade de bar é dispensada do licenciamento ambiental, estando, portanto, com a documentação regularizada. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001866-4

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação da Feira Central, Cultural e Turística de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar as prestações de contas referentes aos Termos de Permissão de Uso assinados entre os anos de 2012 a 2019, em especial, no tocante à previsão de destinação de 40% (quarenta por cento) do montante líquido arrecadado com a cobrança do estacionamento para execução de obras/benfeitorias/serviços e manutenção da Feira Central.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – PATRIMÔNIO PÚBLICO E FUNDAÇÕES – APURAR AS PRESTAÇÕES DE CONTAS REFERENTES AOS TERMOS DE PERMISSÃO DE USO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE – AUSÊNCIA DE LESÃO À COLETIVIDADE – PARECERES FAVORÁVEIS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto a investigação não identificou evidências de lesão à coletividade. Ao fim das diligências empregadas pelo órgão de execução, a administração municipal apresentou pareceres favoráveis à homologação das contas acerca da utilização do espaço da feira central de Campo Grande. Desse modo, esgotada a perquirição, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001131-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dendry Ernane Silva de Los Rios ME e Adilson Hamilton de Arruda

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa descritos nos arts. 9º, caput, e 10, VIII, da Lei de Improbidade Administrativa, consistentes em fraude no pagamento da importância de R\$ 7.600,00 à empresa Dendry Ernane Silva de Los Rios ME, oriundo do empenho nº 298/2012.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DEODÁPOLIS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE CONSISTENTES EM FRAUDE NO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 7.600,00 À EMPRESA SEM CONTRATO COM O MUNICÍPIO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO DOLO – VÍNCULO DOS AGENTES POLÍTICOS ENCERRADOS – INQUÉRITO POLICIAL EM ANDAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA CÂMARA MUNICIPAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve demonstração de forma inequívoca do elemento subjetivo dolo no ato praticado. Os agentes políticos responsáveis pelo empenho não possuem mais vínculo com a administração pública municipal. Tramitação de Inquérito Policial que investiga a possível prática do crime de corrupção e as suas consequências na esfera penal, e instauração de Procedimento Administrativo pela Câmara Municipal de Deodápolis para ressarcimento ao erário. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000033-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lídia Regina Massi Sérió

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente à supressão de 6,25 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Tangará, em Água Clara, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 328/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ÁGUA CLARA – MEIO AMBIENTE – APURAR SUPRESSÃO VEGETAL IRREGULAR DE 6,25 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000685-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Luiz Braga

Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração n. 009839/2022, que consta infração ambiental em Parte da Fazenda Rio Formoso (CARMS0078977).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – APURAR INFRAÇÃO AMBIENTAL EM PARTE DA FAZENDA RIO FORMOSO – ABERTURA DE ESTRADA SEM AUTORIZAÇÃO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002268-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Landmark Ferreira Rios e outros

Assunto: Apurar notícia indicativa de fraude na execução do contrato decorrente do pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados que teve por objeto a “contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE FRAUDE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRENDIZAGEM CULTURAL – OFICINAS REALIZADAS – SERVIÇO PRESTADO – AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE ILEGALIDADE – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de indícios mínimos de irregularidade durante a execução do contrato. O serviço foi devidamente prestado, com a realização das oficinas de aprendizado cultural. Não foi identificado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário. Desse modo, esgotadas todas as diligências, não há fundamento para a propositura de ação civil pública, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

**2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000471-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Vicentina

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Vicentina, ante a informação da existência de servidores públicos ocupando de cargos em comissão alheios às funções de direção, chefia ou assessoramento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO GESTOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VICENTINA, ANTE A INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANDO CARGOS EM COMISSÃO ALHEIOS ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não foi possível evidenciar conduta dolosa configuradora de ato ímprobo, tendo o Legislativo de Vicentina adotado medidas visando a resolução da demanda, como a edição de lei que criou e extinguiu cargos. Ademais, foi instaurado Procedimento Administrativo pelo Parquet de piso, visando analisar eventual inconstitucionalidade da norma que dispõe sobre os cargos comissionados e suas funções no município; 3. Nessa senda, não sendo configurado dano ao erário ou enriquecimento ilícito, tampouco qualquer conduta dolosa que se enquadre nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não há justa causa para continuidade do Feito; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001536-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Guilherme Miguel Poli e Cristian dos Reis

Assunto: Apurar os danos ambientais causados pelos veículos que participaram do evento automobilístico "Bonito na trilha 2019".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR OS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELOS VEÍCULOS QUE PARTICIPARAM DO EVENTO AUTOMOBILÍSTICO "BONITO NA TRILHA 2019" – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 193/197; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00009293-3 (fl. 198) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC e o local do dano regenerou-se naturalmente; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001024-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Confessor Gomes

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do descarte incorreto de 160 (cento e sessenta) tambores de produtos tóxicos utilizados para tratamento químico de madeira, na propriedade da "Madeira Pau Brasil" situada às margens do Córrego Sacarón, no município de Iguatemi/MS, conforme Relatórios de Fiscalização Ambiental n. 053/3ºGPMA/2022 e Auto de Infração Imasul n. 3712.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DO DESCARTE INCORRETO DE 160 (CENTO E SESSENTA) TAMBORES DE PRODUTOS TÓXICOS UTILIZADOS PARA TRATAMENTO QUÍMICO DE MADEIRA, NA PROPRIEDADE "MADEIREIRA PAU BRASIL", SITUADA ÀS MARGENS DO CÓRREGO SACARON, NO MUNICÍPIO DE IGUATEMI/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS DEVIDAMENTE SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Extraí-se dos autos que o proprietário do imóvel adotou as providências necessárias à correção da irregularidade inicialmente noticiada, acondicionando as embalagens em local apropriado, conforme apontado no Relatório de Vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental; 3. Verifica-se, ademais, que foi aplicada multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao requerido, no âmbito administrativo, de modo que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas todas as providências necessárias à reparação da irregularidade noticiada; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001028-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Rodrigo Coelho

Requerido: Gumas Bar, Luciano Oliveira Lima

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de perturbação do sossego, caracterizada por aparelhos sonoros com volume excessivo advindo do empreendimento denominado Gumas Bar, em Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO, CARACTERIZADA POR APARELHOS SONOROS COM VOLUME EXCESSIVO ADVINDO DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO "GUMAS BAR" – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 36/39; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00010036-1 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000217-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e viola os Princípios da Administração Pública, consistente na frustração do caráter competitivo de licitação, mediante direcionamento do certame, com possível conluio entre os supostos participantes e agentes administrativos a serem identificados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA PREJUÍZO AO ERÁRIO E VIOLA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSISTENTE NA FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO, MEDIANTE DIRECIONAMENTO DO CERTAME, COM POSSÍVEL CONLUIO ENTRE OS SUPOSTOS PARTICIPANTES E AGENTES ADMINISTRATIVOS A SEREM IDENTIFICADOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a prática dolosa de ato de improbidade administrativa. 2. Além disso, verifica-se a prescrição da pretensão condenatória, nos termos do artigo 23, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (antes das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021). 3. Inexistindo razões suficientes



para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002296-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Silvio Roberto Brigatti Dias e Fabiano Nunes De Oliveira

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição/utilização de cascalho irregular pelo Município de Vicentina/MS.

Advogado: Alberi Rafael Dehn Ramos – OAB/MS nº 15.031.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA AQUISIÇÃO/UTILIZAÇÃO DE CASCALHO IRREGULAR PELO MUNICÍPIO DE VICENTINA/MS. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, em que pese o fundamento invocado no pedido de arquivamento, voto pela não homologação da promoção de arquivamento e converto o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, consoante disposto no artigo 26, §6º, I, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça. 2. Sem prejuízo de outras diligências que o órgão de execução entender pertinentes, desde já, aponto como imprescindível que o Município de Vicentina/MS seja oficiado para prestar mais informações, a fim de melhor instruir os autos. VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, convertendo o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000376-4

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcio Rosa Dias, Cleiton Sousa de Matos, Francisco Antonio Rodrigues Macieira e Gilmar Jose Costa

Assunto: Apurar a ocorrência de possível risco ao tráfego causado por animais soltos às margens da rodovia BR 262, região próxima ao anel viário.

Advogada: Rachel Correia Porto Papandreu – OAB/MS nº 16.542.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE POSSÍVEL RISCO AO TRÁFEGO CAUSADO POR ANIMAIS SOLTOS ÀS MARGENS DA RODOVIA BR 262, REGIÃO PRÓXIMA AO ANEL VIÁRIO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que houve a perda do objeto da presente investigação, uma vez que os responsáveis apontados pela Polícia Rodoviária Federal pelos riscos ou acidentes na rodovia BR 262 não mais exploram as áreas e não estão mais criando gado nos locais. 2. Além disso, conforme despacho de fls. 168-172, não foram constatadas novas irregularidades a serem perquiridas dentro do presente procedimento (Relatório de Vistoria nº 0136/1ºPel/1ªCia/BPMA/2021). 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 9 de janeiro de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 002/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** nas seguintes **Notícias de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2023.00010534-5

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande

Recorrente: Airton José Salomão

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos autos da prestação de contas nº 0064685-86.2012.8.12.0001.

2) Notícia de Fato nº 01.2023.00009977-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã

Recorrente: Elizene Correa da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar pedido de providências feitas pelo advogado Orlando Fruguli Moreira em situação apuração de possível agressão do Prefeito de Camapuã, Manoel Eugênio Nery a senhora Elizene Correa da Silva.

3) Notícia de Fato nº 01.2023.00004165-5

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande

Recorrente: Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar o problema de drenagem das vias do bairro, o que estaria propiciando o agravamento das erosões e da recuperação da área degradada.

Campo Grande, 9 de janeiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1/2024-SEG, DE 8.1.2024.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55 e ss. da Resolução nº 033/2018-PGJ, de 14.12.2018, e pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4.4.2002,

R E S O L V E:

Tornar pública, a autorização de cancelamento dos empenhos emitidos no exercício financeiro de 2023, inscritos em Restos a Pagar não processados da Unidade Gestora 07901 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, e que não foram executados no presente exercício. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, relativos a créditos líquidos e certos, fica assegurado ao credor o direito ao seu recebimento, hipótese em que a despesa será reempenhada, por ocasião do reconhecimento da dívida, no Elemento de Despesas de Exercícios Anteriores.

CAMILA AUGUSTA CALARGE DORETO

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MPMS em exercício

**PORTARIA Nº 2/2024-SEG, DE 8.1.2024.**

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55 e ss. da Resolução nº 033/2018-PGJ, de 14.12.2018, e pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4.4.2002,

R E S O L V E:

Tornar pública, a autorização de cancelamento dos empenhos emitidos no exercício financeiro de 2023, inscritos em Restos a Pagar não processados da Unidade Gestora 07101 – Procuradoria-Geral de Justiça, e que não foram executados no presente exercício. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, relativos a créditos líquidos e certos, fica assegurado ao credor o direito ao seu recebimento, hipótese em que a despesa será reempenhada, por ocasião do reconhecimento da dívida, no Elemento de Despesas de Exercícios Anteriores.

CAMILA AUGUSTA CALARGE DORETO

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MPMS em exercício

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO Nº 07/PGJ/2023 - ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00007608-8****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a adjudicação do objeto e a homologação do resultado e da regularidade da licitação Pregão nº 07/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00007608-8).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante e café torrado e moído), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vencedoras/Preços Registrados: V4 COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., para o item 01 (R\$4,20), D. DA SILVA DUARTE TRANSPORTE LTDA., para o item 02 (R\$3,99) e MASSIMO ZANETTI BEVERAGE BRASIL LTDA., para o item 03 (R\$9,20).

Justificativa: Adjudicação e Homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0001/2024/03PJE/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2022.00121486-6 em que constam como investigado Julierme Pelegrine Alves Nascimento e vítima Thais Karoline Soares Araujo, conforme se transcreve: “ Tendo em vista que decorreu o prazo decadencial para manifestação do interesse do(a) ofendido(a) em ver o(a) autor(a) dos fatos processado(a) criminalmente, pugna, desde já, pela decretação da extinção da punibilidade do(a) autor(a) ”.

Campo Grande/MS, 08 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0002/2024/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2023.00128313-5 em que constam como investigado Zuleide Macedo Calarge e vítima Elizandra Araujo, conforme se transcreve: “ Tendo em vista que já decorreu o prazo decadencial para manifestação do interesse do(a) ofendido(a) em ver o(a) autor(a) dos fatos processado(a) criminalmente, pugna, desde já, pela decretação da extinção da punibilidade do(a) autor(a). ”.

Campo Grande/MS, 08 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0003/2024/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2023.00047007-1 em que constam como investigados Joelson Melo de Lima e Ana Paula Charao Lopes e vítima Gabrielly de Melo Umar, conforme se transcreve: “ a despeito das tentativas de notificação da vítima por mandado de intimação ou via SITRA, estas restaram infrutíferas, demonstrando que o ofendido não possui interesse no prosseguimento do presente feito, haja vista que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia. ”.

Campo Grande/MS, 08 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0001/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00211872-1 em que constam como investigado Jean Carlos Carvalho Nunes e vítima Dinacy Franco Nunes conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 09 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0001/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00211872-1 em que constam como investigado Jean Carlos Carvalho Nunes e vítima Dinacy Franco Nunes conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 09 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL 0020/2023/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013004-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação de Saúde do Município de Dourados

Assunto : fiscalizar a aplicação das verbas pecuniárias disponibilizadas em favor da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, provenientes da decisão proferida nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0007936-63.2010.8.12.0019.

Dourados, 18 de dezembro de 2023

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL 0021/2023/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012824-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto : Acompanhar a adoção de medidas necessárias pela Administração Pública de Dourados/MS para sanar as inconsistências apontadas no Relatório Consolidado n.º 40, realizado pela Auditoria do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dourados, 18 de dezembro de 2023

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0078/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001202-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001202-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eximporã Agropecuária Ltda

Assunto: identificar as áreas remanescentes do desmembramento da FAZENDA CARAMBOLA noticiada nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00001450-2 que ainda não estão sob investigação nesta Promotoria de Justiça visando apurar a regularidade jurídico-ambiental relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 04 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0079/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001203-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001203-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: São Rafael Agropecuária Ltda

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural inscrito na matrícula n. 63.766 proveniente de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de São Rafael Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 04 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0080/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001204-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001204-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Terravechia Agropecuária Ltda

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural inscrito na matrícula n. 63.771 proveniente de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de Terravechia Agropecuária Ltda., relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 04 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0081/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001205-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001205-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: PPG Agropecuária Ltda

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural composto pelas matrículas n. 63.764, 63.626 e 63.761 provenientes de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de PPG Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 04 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0082/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001206-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001206-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: K&G Agropecuária Ltda

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural inscrito na matrículas n. 63.768 proveniente de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de Agropecuária R&G Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 04 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0083/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001207-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001207-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: R & R Agropecuária Ltda

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural inscrito na matrícula n. 63.770 proveniente de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de R&R Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0084/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001208-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001208-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Georges Agropecuária Ltda.

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural composto pelas matrículas n. 63.767 e 63.769 provenientes de desmembramento da Fazenda Três Coxilhas (matrícula 57.241), todas inscritas no Registro de Imóveis de Ponta Porã, de propriedade de Georges Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0085/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001331-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001331-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilson Gilberto Bourscheid

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Vale Verde consistente em analisar sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural, delimitação e preservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como o uso e manejo adequado do solo

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0086/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001327-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001327-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fabricio Franco Marques, André Augusto Franco Marques

Assunto: apurar a regularidade jurídica-ambiental, bem como a supressão de 4,48 hectares em área integrante do Bioma Mata Atlântica, sem autorização ambiental, na Fazenda Esmeralda, localizada em Aral Moreira/MS.

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0087/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001330-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001330-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Athos Patti Maia

Assunto: apurar os danos ambientais eventualmente provenientes da inadequação do depósito de agrotóxicos, bem como do armazenamento de combustíveis na Fazenda Pacuri localizada no município de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0088/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001323-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001323-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilmar Gilvani Bourscheid, Gilson Gilberto Bourscheid

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambientais consistente em promover o desmatamento ilegal de 2,07 hectares de vegetação nativa em bioma de mata atlântica na propriedade rural Fazenda Colorado inscrita no CARMS n. 0058559 localizada no município de Aral Moreira/MS.

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0089/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001322-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001322-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aderval Martins Gonçalves

Assunto: apurar a ocorrência de possível dano ambiental consistente no desmatamento ilegal de 2,01 hectares de vegetação nativa em bioma de mata atlântica no imóvel rural Fazenda Colorado inscrita no CARMS n. 0081685.

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0090/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do objeto e/ou polo passivo do Inquérito Civil nº 06.2022.00000908-4, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2022.00000908-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Afonso Fedrigo e Alice Fantin Fedrigo

Assunto: "apurar a regularidade jurídica-ambiental da Fazenda Buriti I de área total de 300,7404 hectares (CARMS n. 71.683), bem como a recuperação das áreas de 2,16 hectares degradadas em área de Reserva Legal e 0,18 hectares em área de preservação permanente conforme Parecer nº 496/22/CEIPPAM, bem como a compensação dos possíveis danos ambientais"

Ponta Porã/MS, 05 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0001/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012649-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00012649-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Nilson Brognoli, Regina Maria Rego Ortiz

Assunto: Acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001243-7, relativo à regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, localizado no município de Ponta Porã/MS, visando a recuperação de áreas degradadas no interior da Reserva Legal do imóvel e conservação adequada do solo.

Ponta Porã/MS, 08 de janeiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0038/2023/PJ/PTM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro - CEP 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001359-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Henrique Francisco

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 52,080 hectares de vegetação nativa em área de uso restrito, integrante do Bioma Pantanal, na Fazenda Terra Santa, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 6Q84PXM e o Relatório de Fiscalização n. CG7G44J (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA).

Porto Murtinho, 19 de dezembro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 0039/2023/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro - CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS, Telefone: (67) 2020-9372.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001363-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marco Antônio Ortiz Ferreira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 45,694 hectares de vegetação nativa em área de uso restrito, integrante do Bioma Pantanal, na Fazenda Morada do Jaó, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. ARJR419X e Relatório de Fiscalização n. JXA0U1E, realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis – IBAMA.

Porto Murtinho, 19 de dezembro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

**SINSEMP****EDITAL 001/2024/SINSEMP-MS****1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - **SINSEMP-MS**, no uso de suas atribuições estatutárias, consoante estabelecido nos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social, convoca todos os filiados para participarem da 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2024, que será realizada na sede deste Sindicato, com endereço na Rua Ronaldo Monteiro, 188 – Vila Glória, Campo Grande-MS, no dia 03/02/2024 (sábado), às 8h, em 1ª chamada, e às 8h30m, em 2ª chamada, nesta com qualquer número de participantes, para a seguinte pauta:

- 1) Inventário e baixa de bens permanentes.
- 2) Outros assuntos de interesse da categoria.

Campo Grande, 09 de janeiro de 2024.